

2ª quinzena de agosto de 1999

**AD
VERSO**

Jornal da Adufrgs

nº 51

CNN e Time elegeram Luiz Marinho um dos 50 líderes latino-americanos do próximo milênio. Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista, Marinho fala sobre a readequação das entidades sindicais a uma nova realidade internacional.

Página 12

Há vagas

Democratizar o acesso à universidade pública é ter de abrir novas vagas? A Reitoria da Ufrgs entende que sim. Nos últimos dois anos, criou 494 novas oportunidades no

Vestibular, aumentando o inchaço de matrículas nas disciplinas dos primeiros semestres. Ao mesmo tempo, a evasão e o alto índice de reprovação faz a ociosidade de vagas chegar a até 75%.

Páginas 6 e 7



Marcha pela Educação

A Marcha dos 100 Mil é o início da retomada do movimento popular. Irrelevante é a polêmica sobre o número de manifestantes em Brasília. O certo é que havia muita gente, e com muita disposição. É só imaginar o esforço de viajar (36 horas no caso da delegação de nosso estado, muito mais que isso em se tratando de outros lugares) para protestar e voltar no mesmo dia. A própria mídia, que tende a desprezar esses eventos, teve que se render às evidências.

Esta marcha é daqueles movimentos que constitui um ponto de inflexão entre uma situação de descontentamento e revolta passiva para um protesto ativo. Isso aconteceu nas Diretas-Já e no Impeachment de Collor. Independente da evolução dos fatos a partir deste momento, o certo é que a tendência da pressão é aumentar, porque além da perda das ilusões da população em relação ao governo, a implementação da agenda de reformas e medidas exigidas pelos investidores e FMI só acentua o arrocho, a exclusão e os ataques aos direitos adquiridos.

Num quadro destes, a base parlamentar do governo, de olho nas eleições municipais de 2000 e nas eleições gerais de 2002, começa a introduzir na sua contabilidade o possível desgaste de seu apoio incondicional ao governo.

É tarefa do movimento docente e do nosso sindicato engajar-se firmemente nestes movimentos gerais agendados para o próximo semestre por três razões: 1º) porque fizemos parte da maioria da população que sofre em graus variados com o processo de arrocho e perda de direitos; 2º) porque o continuidade do projeto do governo-FMI, a curto, médio e longo prazo implica no aniquilamento da nação e o império da barbárie; 3º) porque a fragilização do governo e o enfraquecimento da sua base política o impedirá de aprovar projetos como este que propõe a destruição da universidade.

Portanto, no conjunto de atividades propostas de caráter geral (leia na página 8), merece destaque a paralisação nacional no mês de outubro proposta pela CUT. Com todas as dificuldades que esta atividade comporta num quadro recessivo, a resposta positiva de grandes catego-

rias como a nossa pode influenciar decisivamente o rumo dos acontecimentos.

No plano das nossas questões específicas, temos que desenvolver a resistência ao projeto de anti-autonomia do MEC e formular nossa proposta de autonomia com o conjunto da comunidade universitária. Neste sentido, a participação no congresso da comunidade universitária, organizado pela Adufrgs, Assufrrgs e DCE é compromisso obrigatório dos professores.

Cabe-nos comentar alguns aspectos da reportagem de capa. Ao mesmo tempo em que defendemos a universidade dos ataques do governo e procuramos formular um projeto de autonomia, é necessário enfrentar o conjunto de problemas postulados na referida reportagem, no sentido da otimização dos recursos públicos obtidos pela universidade.

É nossa responsabilidade buscar as causas e procurar soluções nos limites das nossas possibilidades para a evasão de alunos da universidade. É certo que a falta de perspectiva de colocação dos egressos do mercado de trabalho, fruto da crise econômica tem ampla parcela da responsabilidade. No entanto, o alto índice de reprovado em algumas disciplinas iniciais nos cursos também contribuem para o abandono. É certo que a recusa de matrícula sem as distorções apresentadas neste semestre pode induzir um esforço organizado por parte dos alunos, no sentido de melhor planejar seus cursos, mas não é tudo. Serão necessárias iniciativas, no sentido de procurar permitir aos alunos a aprovação sem a queda de qualidade.

Por outro lado, idéias criativas como a do diretor da agronomia, professor Sérgio Nicolaiewsky (ex-presidente da Adufrgs) expressa na reportagem de capa, podem diminuir eventuais ociosidades nas disciplinas de final de curso e garantir o rendimento máximo possível para os recursos na nossa universidade.

A solução para estes problemas é tarefa de todos os professores e de toda a comunidade universitária. Nossa sindicato estará sempre atento e intervirá nestas questões.

OBSERVATÓRIO

Escola Técnica I

Os professores e funcionários técnicos-administrativos da Escola Técnica da Ufrgs tornaram público seu descontentamento com o projeto de autonomia universitária apresentado pelo MEC. Em documento entregue à Diretoria da Adufrgs, a Escola Técnica avalia que o projeto do governo instaura uma "ordem de despejo" para as escolas técnicas ao promover a desvinculação da estrutura da universidade. Os professores e funcionários da Escola Técnica da Ufrgs entendem que não há razão, seja técnica ou pedagógica, que justifique a desvinculação.

Escola Técnica II

A qualidade do ensino da Escola Técnica é resultado de sua vinculação com "os demais órgãos da Ufrgs nas áreas de ensino e pesquisa", além da "possibilidade permanente de atualização e aperfeiçoamento do corpo docente da Escola na própria Universidade", prossegue a nota divulgada. Os alunos também são beneficiados "pelo acesso ao acervo bibliográfico e a todos os recursos pedagógicos existentes na Ufrgs". O documento conclui: "A Escola Técnica da Ufrgs, que completa 90 anos este ano, surgiu e desenvolveu-se com a própria Universidade, sendo parte integrante e indissociável de sua trajetória. Seu patrimônio, seus recursos humanos, seus alunos, sua política educacional são comuns e igualmente comprometida com os interesses da sociedade". A Diretoria da Adufrgs apóia integralmente a manifestação dos professores e funcionários da Escola Técnica da Ufrgs. A Adufrgs entende que o papel das escolas técnicas, por estarem vinculadas às Universidades, é também o de servir como referência regional para o ensino técnico.

Carreira Docente

A Andes-Sindicato Nacional protocolou no MEC, no dia 25 de agosto, o Projeto de Lei de Carreira Única para o Magistério das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). Na mesma ocasião, foi protocolado o Projeto de Lei que fixa as Diretrizes do Plano Nacional de Capacitação Docente (PNDC). No ofício que encaminha os dois projetos, a Andes destaca que essas propostas visam "corrigir as distorções de tratamento entre as instituições e busca o tratamento isonômico entre os professores ativos e aposentados, do ensino fundamental, médio e superior no interior das Ifes". A Andes enfatizou que a qualidade do trabalho acadêmico está ligada indissoluvelmente à unificação das condições de pesquisa, ensino, extensão e de capacitação dos professores e por isso defende "o princípio da isonomia de cargos e salários para as Ifes".

Gigantismo

Está havendo um processo de consolidação de grandes empresas mundiais sem que existam órgãos internacionais para fiscalizar monopólios e oligopólios, observa matéria publicada pela revista *Carta Capital*. Em cada setor estratégico, da indústria automobilística à telefonia, multiplicam-se as fusões e já se prevê que dentro de pouco tempo não haverá mais de três a seis gigantes globais. "Mesmo a União Européia nada pôde fazer contra a fusão da Boeing e da McDonnell-Douglas, que isolou a Airbus como única concorrente mundial", observa *Carta Capital*. A publicação assegura que o monopólio ou oligopólio - tanto estatal quanto privado - só podem trazer benefícios para a população apenas se a função de controle, que teoricamente deveria ser substituída pela concorrência, for substituída por uma fiscalização de um órgão poderoso, eficaz e disposto a defender os interesses dos cidadãos.

Coned em POA

Entidades de todo o país do setor educacional estão iniciando os preparativos para o 3º Congresso Nacional de Educação (Coned). Sua realização está programada para os dias 2 a 5 de dezembro deste ano, em Porto Alegre. "Reafirmando a Educação como Direito de Todos e dever do Estado" será o tema do evento. Durante o Coned, os participantes estarão envolvidos em debates, conferências e mesas redondas sobre assuntos como gestão e financiamento da educação no Brasil. De acordo com os organizadores, os temas específicos das mesas-redondas ainda estão sendo discutidos pelas entidades que compõem o Fórum Nacional. O 3º Coned possibilitará a apresentação de trabalhos em formato de "posters", onde os educadores terão a oportunidade de mostrar, através de imagens, suas experiências em Educação.

Seleção natural

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), poderá começar a ser usado por empresas para selecionar mão-de-obra a partir do ano 2000. O ministro da Educação, Paulo Renato, informou que o governo começará a divulgar o Enem entre os empresários. "A prova vai ser uma espécie de credencial para o aluno", disse o ministro. Segundo ele, o ensino médio limita-se a preparar os alunos para passar no vestibular e ingressar nas Universidades. O novo enfoque do ensino médio será reforçado, no dia 15 de setembro, com o lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Autonomia em compasso de espera

Professores universitários reagem ao projeto do governo e anunciam indicativo de greve para setembro

O MEC decidiu adiar por "algumas semanas" o encaminhamento do projeto de autonomia universitária ao Congresso. A medida foi anunciada pelo ministro Paulo Renato Souza no dia 9 de agosto, em reunião com 13 reitores de universidades federais. Em nota divulgada pelo ministério, Paulo Renato afirma esperar que nesse período, "com a ampliação do debate nas universidades, sejam apresentadas sugestões que aperfeiçoem o projeto".

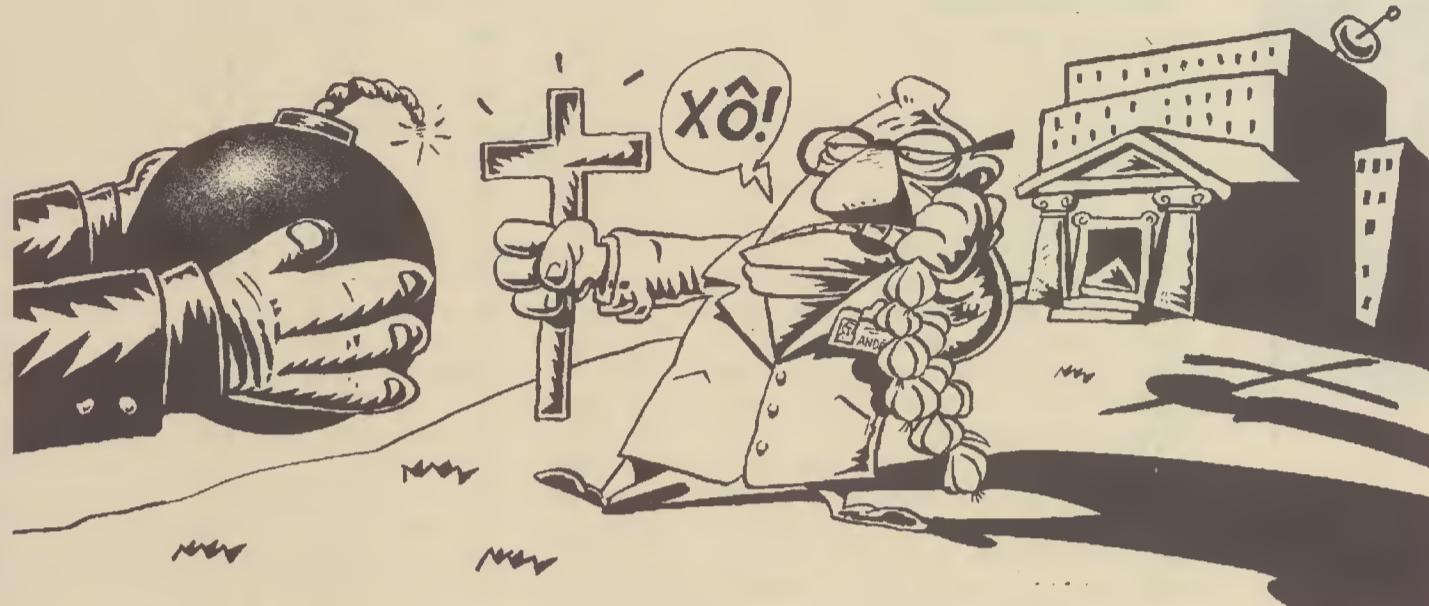
A notícia foi bem recebida pela comunidade acadêmica, pois o projeto de autonomia universitária apresentado no dia 29 de julho não recebeu a simpatia da quase unanimidade de reitores, professores, funcionários e alunos. "É o que pedimos desde o início, mas esperamos que o ministro acolha as sugestões", analisa o presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Para o presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), Renato de Oliveira, o adiamento do envio do projeto para o Congresso é o reconhecimento de que o projeto do MEC é "insustentável". Oliveira comemorou a atitude do ministro e disse que o recuo do Ministério da Educação é resultado da pressão do Sindicato que apontou falhas e inconsistência na proposta do governo. Além de ter que negociar com os setores acadêmicos, o MEC tem dificuldades de articulação interna no governo, "tendo em vista as imposições da área econômica", garante o presidente da Andes.

Em reunião no dia 11 com representantes do sindicato, o ministro Paulo Renato defendeu a proposta apresentada pelo governo e negou que esteja havendo interferência da área econômica. "O projeto é do governo. É do ministro", afirmou Paulo Renato, acrescentando que o departamento jurídico do ministério está elaborando uma resposta ao documento enviado pela Andes denunciando a inconstitucionalidade do projeto.

Greve na pauta

No mesmo dia 11, representantes da Andes, Andifes, Fasubra (Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras) e União Nacional dos Estudantes, reunidos em Brasília, decidiram trabalhar para a elaboração de um projeto contendo os pontos consensuais que devem ser garantidos num regime de autonomia universitária. Ficou decidido também que uma comissão com representantes de cada uma dessas entidades seria formada para redigir o documento que sistematizará os princípios constitutivos de uma Universidade autônoma.

Mas que ninguém pense que o clima é de colaboração com o governo. Dois dias depois do MEC apresentar seu projeto, uma reunião extraordinária das associa-



ções de docentes em Brasília decidiu pelo "indicativo de greve" a partir da segunda quinzena de setembro, caso o MEC envie sua proposta ao Congresso. Essa proposta venceu o "estado de greve" defendido pela diretoria da Andes.

Financiamento e Carreira

No projeto apresentado pelo MEC foram identificados vários problemas,

como a falta de um modelo jurídico para as universidades, a falta de garantia de financiamento público em nível suficiente para a manutenção e expansão do sistema, a eliminação de carreira nacional para os professores universitários fundada na noção de servidor público e a desresponsabilização das universidades com suas escolas técnicas.

Principais pontos do projeto

- Aplica-se apenas às universidades federais
- Submete as universidades federais a "mecanismos de controle da sociedade, que verifiquem a qualidade e a quantidade dos serviços que prestam"
- Vincula a administração de rendimentos financeiros e demais receitas à "forma prevista em lei" e nos estatutos de cada instituição
- Acaba com a isonomia, ao permitir a cada instituição criar seus próprios planos de carreiras bem como contratar e dispensar pessoal, tudo de acordo "com os recursos orçamentários disponíveis". Tais planos de carreira deverão, contudo, ser submetidos à aprovação prévia pelo MEC
- Estabelece a possibilidade de intervenção do Poder Executivo nas instituições, nos casos de não atingimento das metas fixadas no "contrato de desenvolvimento institucional, endividamento acima da capacidade orçamentária", não recolhimento de impostos e contribuições federais e processo de investigação de irregularidades
- Vincula a distribuição dos recursos públicos destinados às universidades da seguinte forma: 80% ao número de alunos (matriculados e egressos), à qualidade do ensino e ao volume e qualidade das atividades de pesquisa e extensão, 13% às necessidades dos hospitais universitários, 7% para o MEC aplicar em programas de expansão e melhoria das instituições
- Estabelece que os novos contratados não serão regidos pelo Regime Jurídico Único dos Servidores Civis da União (RJU), sem informar o regime a que estarão vinculados. As novas contratações, no entanto, serão mantidas conforme a legislação em vigor, até que sejam criados os novos planos de carreira. Segundo o ministro, os novos contratados serão regidos pela CLT
- Faculta ao presidente da República limitar o repasse das verbas orçamentárias já aprovadas, se houver dificuldades de caixa
- Cria o "contrato de desenvolvimento institucional", que cada instituição deve firmar com o MEC, para fixação de metas de desempenho e plano de reestruturação
- Estabelece que as diretrizes básicas do contrato de desenvolvimento institucional serão definidas por comissão formada pelos ministros da Educação, da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão
- Obriga o MEC a entregar relatório anual à Casa Civil sobre o cumprimento das metas de cada instituição (neste trabalho, o MEC será assessorado por uma equipe do Ministério da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão)
- Transfere o custeio de aposentadorias e pensões do MEC para o Tesouro Nacional
- Faculta à Advocacia Geral da União intervir nas procuradorias das universidades, a pedido do Ministério do Planejamento
- Transfere os colégios técnicos das universidades para os CEFETs e Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e retira os CEFETs do âmbito da Secretaria de Ensino Superior;

Entretanto, o pomo da discórdia entre o governo e as universidades é na questão do financiamento das universidades federais. A Andifes, por exemplo, defende a subvinculação para as instituições de ensino de 75% dos 18% do orçamento da União que devem ser investidos em Educação, conforme determina a Constituição. O governo não quer nem ouvir falar em subvinculação e propõe no projeto de autonomia a fixação de um piso anual com base no orçamento de 1997, acrescido do valor necessário ao pagamento da GED. Para este ano, estão previstos R\$ 302 milhões para o funcionamento das 52 universidades federais. Entretanto, o próprio MEC reconhece que serão necessários, no mínimo, mais R\$ 89 milhões em caráter emergencial.

Estabilidade e acomodação

Outro problema identificado no projeto do governo diz respeito à estabilidade do professor universitário. Pela proposta do governo, os professores passam a ser regidos pela CLT e não mais pelo Regime Jurídico Único. De acordo com avaliações iniciais, com o fim da estabilidade e a aplicação da legislação proposta, os professores que forem contratados poderão ser demitidos a qualquer momento. O governo nega essa possibilidade e avalia que com esse sistema os professores "serão mais produtivos". O artigo 6º do projeto estabelece que "enquanto existirem no quadro das universidades servidores ativos submetidos ao Regime Jurídico Único", as despesas para o seu pagamento serão incluídas em rubrica específica do orçamento das universidades e deduzidas da subvenção dada pela União. A avaliação da Andes é que a medida estabelece um paradoxo: quanto mais professores estáveis, menos dinheiro para as universidades. Em entrevista ao jornal *O Dia*, o professor Abílio Baeta Neves, representante do MEC/Sesu, disse que com a contratação pela CLT os professores poderão ser mais cobrados e com isso "serão menos acomodados".

José Carlos Torves / Vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas no RS

Política Pública de Comunicação

A defesa intransigente da liberdade de imprensa é pauta inegociável da sociedade através de seus instrumentos democráticos e de organização. Devemos condenar qualquer tipo de ação que iniba, agrida ou restrinja esse princípio. No período da ditadura, tínhamos a censura institucionalizada. Hoje, ainda ocorre nas redações uma censura velada que é exercida por grandes veículos de comunicação sobre os jornalistas, impedindo a publicação de fatos que contrariam seus interesses. Esta forma de pressão sobre os jornalistas também é condenável, assim como as manifestações que, independente de sua legitimidade, coloquem em risco a integridade dos profissionais de comunicação.

No dia 23 de julho, a radicalização dos ânimos, em frente ao prédio do jornal *Zero Hora*, chegou a extremos. Uma situação previsível. O Sindicato dos Jornalistas e a Fenaj - Federação Nacional dos Jornalistas - vinham alertando para as graves consequências criadas por fatores agregados. A dificuldade da grande imprensa, no Estado em informar a realidade dos fatos, a manipulação da opinião pública com "notícias" editorializadas - a maquiagem da isenção - por falta de coragem de assumir os reais interesses

que moviam os rumos das matérias apresentadas, as relações e tensões decorrentes das tradições da nossa sociedade, a grave crise econômica que abate a nação, cujos reflexos recaem sobre a população pobre, tão rotineiramente minimizados, distorcidos ou simplesmente suprimidos do noticiário: todos estes fatores criam uma composição incontrolável.

Cumprindo com seu papel, desde que o atual governo venceu as eleições, o Sindicato vem manifestando a necessidade do poder público construir políticas de comunicação capazes de traduzir as reivindicações originárias da exclusão social, na mídia. Nesta questão é justo destacar a figura do professor Celso Augusto Schröder, presidente do Sindicato dos Jornalistas no RS e membro da direção executiva da Fenaj, que fez várias incursões junto ao governo estadual, através dos canais competentes, tentando mostrar que o monopólio das comunicações deve ser superado por intermédio de mecanismos de controle e discussão sobre a forma como os meios de comunicação, públicos e privados, operam ou deveriam operar.

Existem formas de enfrentarmos a situação anacrônica e perigosa e corrigirmos os rumos da

comunicação. Devemos tomar decisões responsáveis. Os movimentos populares têm que ser chamados à responsabilidade, criar meios próprios de informação. O governo deve interferir, organizando uma pauta de discussão sobre as políticas públicas de comunicação, caso contrário, o resultado para futuras manifestações pode ser realmente doloroso aos envolvidos.

Construir um espaço público para discussão e promoção do controle dos meios de comunicação, por intermédio de mecanismos democráticos, continua sendo a proposta do Sindicato dos Jornalistas. Nossas sugestões: a) ombudsman, eleito pelas redações; b) Conselhos Estadual e Nacional de Comunicação capazes de formular e implementar políticas públicas nessa área - fóruns constituídos para a superação de conflitos; c) conselhos de redação representando a comunidade; d) aprovação urgente de uma lei de imprensa capaz de proteger a cidadania contra os abusos da mídia. Temos certeza de que com estes mecanismos teremos uma imprensa mais ética, estimulando a cidadania e excluindo do nosso dia a dia fatos que não contribuem em nada para a democracia e para a democratização dos meios de comunicação.

Ercy Torma / Presidente da Associação Riograndense de Imprensa

A imprensa ameaçada

A Constituição brasileira de 1988, em seu artigo 220, da Comunicação Social, é bastante clara: "A manifestação de pensamento, a criação, a expressão e a informação sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição". Seu parágrafo primeiro acrescenta: "nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social". E o parágrafo segundo complementa: "É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística". A Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 1992 repete os mesmos textos em seu artigo 237 e parágrafos.

No entanto, periodicamente, surgem iniciativas que pretendem impor restrições ao trabalho da imprensa. Uma delas está relacionada com a própria Lei de Imprensa, em tramitação no Congresso nacional desde 1991, e que inclui imposições graves à atuação de profissionais e de veículos. Prevê, por exemplo, a aplicação de multas que poderão inviabilizar qualquer empresa, além de representar um tiro de morte na imprensa brasileira.

Outro documento que contém formas de controle da liberdade de expressão e de informação é o anteprojeto de alteração do Código Penal elaborado por Comissão Especial do Ministério da Justiça. O documento define como crime a publicação, em veículo de comunicação, de material que possa exercer influência sobre testemunhas ou confranger autoridade judicial antes da decisão definitiva em processo específico. Um parágrafo único acrescenta uma maior pressão: "incorre na mesma pena quem publica ou manda publicar matéria através de meios de

comunicação ao público, com o fim de coagir as pessoas mencionadas no caput".

Mesmo antes da aprovação da nova legislação, surgem denúncias de cerceamento à liberdade de imprensa, com ataques sistemáticos a veículos e profissionais. Esquecem estes censores que, ao cercearem o trabalho da imprensa, na verdade, estão atacando o direito mais sagrado da sociedade que é ser bem informada.

A Declaração de Chapultepec, de 11 de março de 1994, é clara: "Não há pessoas nem sociedades livres sem liberdade de expressão e de imprensa. O exercício desta não é uma concessão das autoridades, é um direito inalienável do povo".

Da mesma forma, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 10 de dezembro de 1948, em seu artigo 19, salienta que "todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir sem consideração de fronteiras, informações e idéias por qualquer meio de expressão".

Estes registros são feitos ao lembrarmos da tentativa de invasão do prédio do jornal *Zero Hora*, na Avenida Ipiranga, no início da tarde de 26 de julho último, quando da realização da Marcha dos Sem, coordenada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). Na ocasião, grupo de manifestantes cobriu paredes e vidros com adesivos ofensivos, especialmente feitos para o ataque, além de bater com mãos e pés contra os vidros, em verdadeiro ato de intimidação dos funcionários e das empresas do Grupo RBS.

A Associação Riograndense de Imprensa

(ARI), desde logo, manifestou preocupação e repúdio ao atentado contra fundamentos básicos da democracia nos atos de vandalismo perpetrados contra o prédio de *Zero Hora*. Violência de qualquer espécie e em qualquer grau, praticada contra qualquer veículo de comunicação, fere profundamente o direito do livre pensamento, pilar básico das sociedades civilizadas.

Anteriormente, a entidade havia emprestado solidariedade à Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão (AGERT), repudiando o tratamento dispensado aos profissionais das rádios Liberdade e Cultura de Canguçu durante o seminário da Reforma Agrária e Viabilidade de Assentamentos na Zona Sul. Os profissionais foram destacados para a transmissão do evento, mas receberam "convite" dos promotores - Superintendência Regional do INCRA e Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento, para que se afastassem.

Como alerta contra estes atos de violência que atingem diretamente a liberdade de expressão e de manifestação, lembramos o décimo princípio da declaração de Chapultepec: "Nenhum meio de comunicação ou jornalista deve ser sancionado por difundir a verdade, criticar ou fazer denúncias contra o poder público. A luta pela liberdade de expressão e de imprensa, por qualquer meio de comunicação não é tarefa de um dia: é um esforço permanente. Trata-se de uma causa essencial para a democracia e a civilização em nosso hemisfério. Não só é baluarte e antídoto contra todo o abuso de autoridade; é alento cívico da sociedade. Defendê-la dia a dia é honrar a nossa História e dominar o nosso destino".

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Internet por cabo dá novo ritmo à web

Com transmissão em alta velocidade, banda larga vai acelerar a entrada da informática na interatividade

Esqueça quase tudo que você aprendeu sobre Internet até hoje. A mídia do século XXI está prestes a dar um salto de qualidade aguardado ansiosamente pelos 200 milhões de usuários que usufruem da rede mundial de computadores no mundo todo. Em outras palavras: a web está pronta para deixar as linhas telefônicas e entrar de vez nas redes de TV a cabo. Esta mudança vai acelerar o fluxo das informações e fazer dos computadores domésticos bancos de dados virtuais em caráter permanente. Tudo graças à banda larga, a tecnologia da área das telecomunicações que possibilita a transmissão, por um mesmo meio físico, de um número de informações (textos, imagens, sons e telefonia) até cem vezes maior do que a capacidade atual do tráfego digital.

Tecnicalemente, a web de alta velocidade permite uma conexão contínua (always on) com o computador porque não depende do dial-up (procedimento que consiste na discagem por linha telefônica, sincronização e entrada na rede). Para estar conectado, o internauta só precisa ligar o computador. A tecnologia possibilita dois tipos de transmissão: unidirecional (dados recebidos pelo cabo e enviados pelo telefone do usuário) e bidirecional (dados enviados e recebidos pelo cabo). Além de uma configuração mínima (Pentium de 75 MHz com 16 MB de RAM), a novidade é o uso do cable modem (entre R\$ 600 e R\$ 700), que integra o cabo ao computador.

Configurado o equipamento e assinando o serviço, o usuário está pronto para conhecer, na prática, a tão propalada interatividade da rede que hoje ainda é um sonho de consumo em um país onde as conexões telefônicas são de péssima qualidade e estão sempre sujeitas a inter-

rupções e interferências. Em fases de testes, em São Paulo, a Internet pela banda larga espera apenas a autorização da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para ganhar o país na versão bidirecional. Com o sistema unidirecional – o mais lento dos dois –, cuja exploração comercial já é permitida, será possível copiar pela rede a nova versão do navegador "Internet Explorer" em oito minutos. Atualmente, os mesmos 143 megabytes do software da Microsoft demorariam 14 horas para serem recebidos por um microcomputador conectado à velocidade de 33 Kbps (kilobytes por segundo).

Os horizontes abertos pela web a cabo deram início a uma verdadeira corrida ao ouro, representado pelo mercado cibernetico potencial. Dos 170 milhões de brasileiros, apenas três milhões têm acesso à Internet convencional, popularizada a partir de 1995. Ao mesmo tempo, o mercado nacional de TV paga – surgido no início desta década – está estagnado em 2,5 milhões de assinantes há pelo menos dois anos. Com a implantação da Internet em banda larga, as operadoras de TV a cabo acharam um meio de explorar dois lucrativos segmentos do mundo da comunicação ao mesmo tempo. Tarefa que não seria tão fácil. As empresas de acesso à rede pela conexão mais lenta também estão muito interessadas na nova tecnologia. Na verdade, a entrada neste novo filão pode determinar a sobrevivência do segmento que se especializou em prestar apenas o serviço de conexão à rede. Alegando concorrência desleal, os empresários querem que a Anatel autorize a divisão do espaço das redes a cabo para que os provedores também possam ocupá-lo e oferecer o serviço a seus clientes. Como as operadoras

bancaram a maior parte do investimento para implantação das redes em grande parte do Brasil, o pleito dos provedores não está sendo recebido com boa vontade pelos empresários do ramo de TV paga.

Grupos como Globocabo, das Organizações Globo, responsável pelas operações da NET (cabo e MMDS) e Sky (via satélite), e TVA, da Editora Abril, não querem saber de caroneiros em suas linhas de cabo. Oficialmente, eles alegam que a entrada dos provedores iria prejudicar a qualidade do sinal de suas operações de TV a cabo. Ao mesmo tempo, na divulgação das vantagens de seus serviços de Internet a cabo ("Virtua", da Globo, e "@jato", da TVA), ambos asseguram que o usuário poderá acessar a web e assistir TV a cabo simultaneamente, sem perda de qualidade ou interferências. Para complicar a vida deles, a Anatel está inclinada a ceder em benefício dos provedores, valendo-se do critério de que os canais a cabo são concessões públicas, portanto, passíveis de serem reguladas e controladas pelo Estado.

O Ministério das Comunicações também quer exercer algum tipo de controle sobre os preços que serão cobrados. Como toda nova tecnologia, a Internet por cabo não é alta só na velocidade. Os serviços que começaram a ser comercializados em julho praticam taxas de adesão de até R\$ 200 e mensalidades de R\$ 79. Atualmente, o serviço convencional não tem taxa de adesão e o acesso por tempo ilimitado sai, em média, R\$ 35 mensais. Por manter uma política de assinaturas semelhantes, com mensalidades próximas aos R\$ 70, o mercado de TV paga do Brasil precisou repensar todas as suas previsões de crescimento e passar a oferecer pacotes de canais com preços mais acessíveis às classes C e D.

Portas de entrada da convergência



Serviço: @jato
Operadora: TVA
Sistema: unidirecional
Investimento: US\$ 2,5 milhões no projeto e US\$ 15,5 milhões até 2003
Cobertura: Implantado em São Paulo e região

Serviço: Virtua
Operadora: Globocabo (NET Brasil)
Sistema: bidirecional
Investimento: mais de US\$ 8 milhões para o desenvolvimento e US\$ 25 milhões para entrada no mercado
Cobertura: Fase de testes em Sorocaba (SP)



O que tem para ver

Two Way TV – games shows e programas de entretenimento da TV britânica. Usuário pode assistir ou participar das atrações on line (www.twowaytv.co.uk).

Broadcast.com – programação de TVs on line e programas produzidos para a web (www.broadcast.com/television).

RealGuide – guia de emissoras de TV e de rádio com transmissão pela rede (real-guide.real.com/stations).

World Wide Internet TV – Exibição da programação de mais de cem emissoras do mundo (wwitv.com/livetv.htm).

Point of View (POV) – Documentários e séries produzidas por várias TVs públicas americanas (www.pbs.org/pov).



Microsoft lidera competição pela TV Interativa

Com a Internet viajando pela banda larga, a televisão e o computador estão cada vez mais perto de virar uma coisa só: a "TV Interativa" ou "Web TV". Arquivos com dados altamente comprimidos serão capazes de circular em tempo real pelas redes de TV a cabo trazendo filmes, notícias, música e outras formas de entretenimento e informação para a tela de um só equipamento. O grande diferencial é que, teoricamente, tudo isso poderá ser feito ao mesmo tempo. Antecipando o potencial estrondoso de lucro que esta convergência pode assegurar ao mercado, é fácil entender por que os grandes players da mídia mundial estão disputando a tapa operações de TV a cabo em todos os cantos do mundo. Assim como no caso do comércio eletrônico, quem chegar na frente terá mais chance de conquistar a mercadoria mais valorizada no espaço virtual: os assinantes.

As gigantes do setor de entretenimento e informática estão investindo bilhões de dólares na aquisição ou fusão com as operadoras de cabo. O melhor exemplo desta estratégia de dominação tentacular vem sendo dado pela Microsoft. Em meados de agosto, a empresa oficializou a compra de 11% do capital da Globocabo, braço das Organizações Globo que administra a NET Brasil e o serviço via satélite Sky. O negócio

custou US\$ 126 milhões. Além de anunciar o o acordo, as empresas anteciparam que a parceria também viabilizará um projeto futuro: a "WebTV", que trará para a televisão, a Internet e a telefonia.

O apetite da Microsoft pelo mundo das imagens on line não pára aí. A gigante do software vem movimentando, mundialmente, um montante expressivo de recursos para caminhar em direção à integração da Internet com a TV. Só que Bill Gates vem fazendo isso de forma discreta. Em 1996, a Microsoft injetou dinheiro na VDOnet, empresa que produz programas para transmissão de vídeo pela rede. No ano seguinte, os criadores do "Windows" colocaram US\$ 425 milhões para comprar a WebTV, empresa que fornece acesso à rede pela televisão. Em junho do mesmo ano, foi aplicado mais US\$ 1 bilhão na Comcast, quarta maior rede de TV a cabo dos Estados Unidos. No início de março, a Comcast se uniu à MediaOne, formando a segunda maior rede de TV paga do país em uma transação de US\$ 60 bilhões. Dias antes, a companhia de telefonia de longa distância AT&T havia comprado a Telecommunications, outra grande rede de TV a cabo do país, por US\$ 59,4 bilhões. Sinal de que a competição rumo à convergência está apenas começando.



A Ufrrgs de portas abertas

James Görgen

Durante anos, a Ufrgs ofereceu um vestibular onde existia um número quase fixo de vagas - de 1991 a 1994 foram sempre 3.463. Quem quisesse entrar para a elite dos universitários precisava fazer das tripas coração para passar no concurso. As portas estavam fechadas. De dois anos para cá, a convicção de que a universidade pública precisa democratizar o acesso à sala de aula tomou conta dos campi. Preocupada ao extremo com a entrada de novos alunos, a Reitoria incentiva a perpetuação de um tabu: debater o nível de ociosidade de vagas. Fazer os alunos saírem pela porta da frente significa combater a evasão, que hoje aproxima o abandono de curso do total de diplomaodos.

A chave para o dilema da falta de acesso partiu do governo e vem sendo adotada por muitas instituições: criar novas vagas. Segundo o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, a intenção é ampliar de 3% para 30% o número de jovens entre 18 e 24 anos que atualmente freqüentam o Terceiro Grau no país. Para atingir esta meta, o projeto de Autonomia Universitária que será encaminhado ao Congresso Nacional vinculou o financiamento das instituições ao número de alunos que nelas estudam.

Por trás da estratégia do governo existe a pálida in-

artifício para receber mais verba, a Ufrgs pegou carona na filosofia do governo. No Vestibular de 2000, serão 298 novas vagas, o que ampliou a oferta de 3.777 vagas, em 1999, para 4.075 no ano que vem. Além do aumento do acesso nos cursos existentes, foram criadas três novas oportunidades: Arquivologia (30 vagas noturno), Engenharia de Produção (60 vagas) e Nutrição (30 vagas). Outras medidas para democratizar o acesso envolvem a criação de cursos noturnos, recusa de matrículas (leia matéria na página 7) e jubilamento. Em dois anos, a Ufrgs criou 494 novas vagas.

Por trás da estratégia do governo existe a nítida intenção de se atingir os índices de Primeiro Mundo na relação aluno/professor. Atualmente, as instituições federais de ensino superior do Brasil possuem 9 alunos para cada professor. Nos países que integram a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a média é de 16,7 alunos por professor. Pelos dados da Coordenadoria Executiva do Programa de Avaliação (Cepav), este índice vem aumentando na Ufrgs. Passou de 13,58 alunos por professor, em 1995, para 15,86 em 1997.

Alguns críticos deste mecanismo produtivista de ingresso perguntam se é responsável aumentar o número de vagas sem saber se elas estão sendo bem aproveitadas. A divulgação das informações que se referem ao total de afastamentos da Ufrgs é um assunto tratado com zelo. Elas aparecem apenas no anuário estatístico da instituição, uma publicação de circulação restrita. Debruçando-se sobre estes números, é possível perceber que a evasão existe e é um tabu dentro da Ufrgs. Em 1996 e 1997, por exemplo, a univer-

A lógica que norteia o MEC transmite a idéia de que mais vagas significam um repasse maior de recursos. Mesmo assegurando que não necessita deste

96 e 1.797 em 97). Contabilizando-se outros motivos de afastamentos (cancelamento de disciplinas e cancelamento de matrícula), os números elevam a taxa para um terço da média das matrículas efetivas e superam em muito o total de egressos por diplomação (veja tabela na página 7). Resultado prático: as disciplinas do currículo básico estão abarrotadas de matrículas, enquanto as mais avançadas possuem até 25% do número previsto. O pró-reitor de Educação, José Carlos Hennemann, resume o assunto garantindo que a evasão da Ufrgs é da mesma ordem das demais universidades públicas.

oordenador-substituto da Comissão de Graduação Engenharias, que congrega atualmente sete cur- o professor Fernando Barbosa acredita que isto

o professor Francisco Barcelos afirma que não deveria servir de consolo. Segundo ele, 20% do dono na sua unidade ocorre na primeira matrícula, professores desqualificados e alunos mal preparados eternizam a reaprovação. Cerca de 50% dos casos ficam no primeiro semestre e apenas metade chega à disciplina de Eletricidade no terceiro semestre, quando o curso começa na prática. "O aumento de vagas pode garantir o acesso, melhorar a permanência, mas não resolve o problema da saída", afirma.

diretor da Faculdade de Agronomia, Sérgio Nicolsky, é autor de um levantamento sobre a disponibilidade de vagas por disciplina/turma. Em 1994, vice-reitor da Ufrgs, ele constatou que da metade

Portanto, em diante mais de 20% das vagas ficavam

Inscritos no Vestibular	Média de matrículas*	Ingressos Vestibular	Egressos por diplomação	Egressos por afastamento
33.642	15.277	3.463	1.610	5.666
29.601	16.020	3.463	1.690	4.115
32.097	16.774	3.463	1.673	4.333
35.758	17.122	3.463	1.814	4.562
38.485	17.207	3.601	1.774	5.298
35.670	15.925	3.591	2.027	5.338
36.012	16.161	3.699	2.197	4.256
37.577	16.147	3.719	Nd	Nd
39.396	Nd	3.777	Nd	Nd

a das matrículas efetivas realizadas nos dois semestres do ano letivo (sem1 + sem2 / 2)
5: Anuários Estatísticos da Ufrgs e Cepav

MARCHA DOS 100 MIL

FHC enfrenta o outro lado da moeda

Com o declínio do Real, o presidente reeleito amarga a maior manifestação já realizada contra seu governo

A Marcha dos 100 Mil, promovida no dia 26 de agosto por partidos políticos e movimentos sociais organizados, realizou em Brasília o maior ato de protesto ao governo de Fernando Henrique Cardoso desde o seu primeiro mandato, iniciado em 1995. A manifestação revelou a estratégia do Planalto para desacreditar a oposição, a guerra de informações travada pelos meios de comunicação e a força de oposição ao governo federal que estava latente na população.

A marcha fora convocada para pressionar o governo a realizar alterações na política econômica. Servindo como demonstração de força numa queda-debraço com o governo, a marcha proporcionaria ainda o ato político ideal para a entrega de um abaixo-assinado solicitando a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o processo de privatização da Telebrás. A criação da CPI poderia ser o início da responsabilização de FHC no episódio e o primeiro passo de um processo de impeachment.

A oposição - representada pela composição PT, PSB, PDT, PCB, PCdoB e entidades organizadas da sociedade civil - apostou no descontentamento da população para o sucesso da marcha. A rejeição ao presidente FHC atingiu a marca de 59%, apenas um ponto abaixo de José Sarney, que amargou a maior impopularidade da história de todos os presidentes com o percentual de 60%. Até mesmo o ex-presidente Fernando Collor obteve melhor classificação: 57% de rejeição em sua pior fase, um pouco antes de ser afastado da Presidência. Com o recorde de impopularidade prestes a ser batido por FHC, o sucesso da marcha era aposta vencida.

O Planalto tentou vender a imagem oposta e jogou suas fichas na divisão do movimento de oposição e na baixa aceitação da tese de renúncia ou impeachment. O governo aproveitou o fato de que entidades como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) se negaram a defender a interrupção do mandato de FHC. Em declarações aos jornais, ministros de Estado e o próprio presidente da República procuraram desacreditar a marcha qualificando-a de "marcha dos sem-rumo".

Vale ressaltar que só neste momento é que a mídia passou a dar atenção ao protesto já em andamento há dias. Sómente pela fala presidencial é que a



Divulgação

Protesto dos "com-rumo"

No dia 26, uma multidão ocupou a Esplanada dos Ministérios com um recado: o protesto em Brasília seria apenas o primeiro. O número de participantes do ato variou de acordo com a origem do cálculo. Para a Central Única dos Trabalhadores, havia 130 mil pessoas. Para boa parte da imprensa, o número variou de 40 mil a 100 mil manifestantes.

Para se ter uma idéia da guerra dos números, a Secretaria de Segurança do Distrito Federal estimou em 40.030 o número de pessoas no protesto. Como a secretaria chegou a um número tão preciso, ninguém conseguiu explicar. O jornal Folha de São Paulo fez "projeções" e noticiou que havia "cerca de 75 mil" manifestantes no ato.

Os organizadores da marcha festejaram o resultado. "Estou gratificado. Que FHC e sua corja nunca mais ousem duvidar da capacidade de organização da sociedade", disse o líder do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, ao encerrar a manifestação. "Depois desta marcha, ninguém vai poder dizer que a oposição não tem rumo", completou a ex-deputada Maria Laura (PT-DF), referindo-se à alcunha de "sem-rumo" lançada pelo presidente da República.

No governo, a reação à marcha teve variações. Para o presidente da Câmara, Michel Temer, que recebeu o pedido de criação da CPI com as assinaturas recolhidas, o protesto serviu para mostrar que "há realmente uma angústia social". O líder do PFL, Inocêncio de Oliveira, afirmou que se estivesse no lugar do presidente, "procuraria ler tudo o que foi dito, tirando os radicalismos, e ver o que poderia corrigir". Já para o chefe da Casa Civil, Pedro Parente, o protesto foi ruim para a oposição porque "não tinha povo". Já o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, não desanimou em defesa do governo. ACM disse acreditar que a marcha "foi um fracasso", alertando que o fato deve servir de lição para a oposição porque "não se deve fazer manifestação sem motivo".

Embora a disparidade nas avaliações tenha sido grande, tanto governo quanto oposição e mídia foram unânimes em admitir que foi o maior evento de protesto contra FHC e que tudo transcorreu de forma pacífica, sem grandes problemas como costuma ocorrer em eventos que envolvem grande número de pessoas. Com certeza, novos lances políticos estão no horizonte.

Soou o gongo para o governo

O documento que pede a criação de uma CPI para investigar o processo de privatização da Telebrás - ocorrida em 29 de julho de 1998 - não deve sair da gaveta de Michel Temer, presidente da Câmara dos Deputados. Apesar de conter mais de um milhão de assinaturas, não há dispositivo legal que sustente o pedido. Para criar uma CPI são necessárias 172 assinaturas de deputados, número não alcançado em três outras tentativas. Mesmo que todos os entraves legais e políticos fossem ultrapassados e a CPI fosse colocada na pauta da Câmara, levaria cerca de dois anos para ser instalada. Existem cinco CPIs em andamento na Casa, número máximo permitido, e outras 10 na fila de espera.

O gesto de entrega do abaixo-assinado tem mais o objetivo de exercer pressão política do que efeito prático legal. "Sabemos que as assinaturas não tem efeito legal. Foi só um gesto político",

lizar entrevistas com integrantes dos partidos ou de sindicatos para falar sobre o tema.

Para romper o cerco, a oposição colocou na Internet uma página específica sobre a marcha com notícias, fotos e documentos sobre o protesto. Foi a primeira mobilização do país a contar com página na Web para fornecer informações em tempo real.

reconheceu o líder do PT na Câmara, deputado José Genoíno (SP).

Embora existam diferenças táticas entre as forças de oposição no enfrentamento ao governo de Fernando Henrique, o ato realizado em Brasília demonstrou a capacidade de organização e competência em canalizar o descontentamento popular. A mobilização empolgada, pacífica e organizada de dezenas de milhares de pessoas de todos os cantos do país serve como estímulo aos movimentos sociais. Em nenhum momento foi necessário a intervenção da polícia na manifestação que contou com o maior aparato policial já montado em Brasília - foram destacados 6.500 policiais. A Marcha serve também como alerta ao governo federal que despenca em popularidade e enfrentou três grandes protestos em apenas um mês e meio (a greve dos caminhoneiros em julho e o recente buzinaço dos produtores rurais foram os outros dois).

Calendário de mobilização

7/7 - Dia Nacional dos Excluídos - Manifestações em todas as cidades do país
14/7 - Dia nacional de Paralisação dos Servidores Federais
21 a 23/7 - Trabalhadores na área da saúde - manifestações em Brasília
25/9 - Plenárias Setoriais (Para Docentes, reunião da ANDES/SN)

26/9 - Plenária Nacional dos SPFs em Brasília para preparar a Greve dos SPFs e a Greve Geral de outubro (ainda sem data)
5/10 - Indicativo de Greve dos SPFs
6/10 - Trabalhadores na área da educação - manifestações em Brasília
7/10 - Chegada da marcha dos Sem-Terra a Brasília

Servidor aposentado que fez novo concurso: existe acumulação de cargos?



Atendendo determinação do Governo Central, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através da Pró-Reitoria de Recursos Humanos, iniciou na última semana o envio a vários professores de correspondência apontando acumulações ilegais de cargos.

Segundo se depreende, o Governo terminou o fechamento dos dados envolvendo as acumulações indevidas de cargos públicos nas esferas Federal, Estadual e Municipal. Nestes ofícios, o Governo tem apontado várias hipóteses de acumulação, solicitando aos servidores que optem pela mais favorável.

Sendo absolutamente impossível abranger, neste pequeno espaço, todas as hipóteses de acumulação existentes, dedicaremos nossos esforços à mais comum e usual: acumulação de cargos ativos e inativos.

O Governo Federal tem considerado que os cargos em inatividade são considerados para fins de aplicação da regra constitucional que veda a acumulação de cargos:

art. 37, inciso XVI, com a redação dada pela Emenda Constitucional 19, de junho/98: é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico; c) a de dois cargos privativos de médico;

art. 37, XVII: a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

Convém também citar outro dispositivo que está no cerne da discussão:

art. 118, §3º da Lei 8112/90 (RJU): § 3º. Considera-se acumulação proibida a percepção de vencimento de cargo ou emprego público efetivo com proventos da inatividade, salvo quando os cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade.

De acordo com a interpretação que a Administração emprega a este dispositivo

tivos, o caso típico do professor aposentado em 2 cargos e que presta novo concurso é enquadrado na regra da proibição pois, neste exemplo, estariam diante de três "cargos".

Tomemos, para análise, apenas este exemplo: servidor aposentado que presta novo concurso público. O cargo em que está aposentado se submete à regra da proibição de acumulação?

Saber se os cargos nos quais o servidor esteja atualmente aposentado se submetem ou não a esta regra é matéria muito polêmica. Não serão consideradas aqui as opiniões divergentes dentro do próprio funcionalismo quanto à "moralidade" desta nova forma de ingresso. Importa, apenas, a análise jurídico-formal.

Entendemos equivocada a posição da Administração. A norma que veio a dispor que os proventos de aposentadoria devem ser considerados como cargo para fins de aplicação da regra que veda a acumulação de cargos é de 1997, afetar o servidor já nomeado e empossado em outro cargo público, após jubilado por tempo de serviço. Assim, nos moldes da lei vigente à época, o ingresso ocorrido em 1993, por exemplo, é lícito, não se podendo pretender aplicar lei nova sob situações pretéritas (Constituição, art. 5º, XXXVI).

Além disso, a situação dos servidores já aposentados e que tenham ingressado através de novo concurso público restou excepcionada pelo art. 11 da Emenda Constitucional 20, de 15 de dezembro de 1998:

Art. 11. A vedação prevista no art. 37, § 10, da Constituição Federal, não se aplica aos membros de poder e aos inativos, servidores e militares que, até a publicação desta Emenda, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na

Constituição Federal, sendo-lhes proibido a percepção de mais de uma aposentadoria pelo regime de previdência a que se refere o art. 40 da Constituição Federal, aplicando-se-lhes, em qualquer hipótese, o limite de que trata o § 11 deste mesmo artigo.

Desta maneira, os servidores que antes da Reforma Constitucional já estivessem aposentados e que tivessem ingressado em novos cargos, não são atingidos pela regra nova que considera a aposentadoria como cargo para fins de aplicação do art. 37, XVI da Constituição Federal. A forma de ingresso dos servidores aposentados que tenha sido dentro das normas vigentes antes da Emenda Constitucional deve ser preservada.

Há que se destacar, ainda, que se passaram vários anos entre a posse no alegado "terceiro" cargo, não sendo mais possível à Administração alterar uma situação consolidada pelo decurso de tanto tempo, sob pena de violação da mínima segurança das relações jurídicas. Aplicase, na hipótese, o prazo previsto no artigo 54 da Lei 9784/99: o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má fé.

Por derradeiro, resta resgatar que a doutrina nacional do Direito Administrativo, em uníssona voz, define como vago o cargo no qual o servidor se aposentou. Neste sentido, Diógenes Gasparini, em "Direito Administrativo", Editora Saraiva, 1993, 3ª edição, página 221, diz o seguinte:

"A aposentadoria é a passagem do servidor da atividade para a inatividade. Com essa passagem, o cargo fica vago, daí ser a aposentadoria modalidade de vacância".

Por sua vez, Lúcia Valle Figueiredo,

em "Curso de Direito Administrativo", Malheiros Editores, 1994, página 367, citando diversos autores entre os quais o consagrados Celso Antônio Bandeira de Mello e Maria Sylvia Zanella Di Pietro, diz o seguinte:

"A doutrina é praticamente coesa no sentido do entendimento de não haver no texto constitucional óbices à acumulação de proventos da inatividade com vencimentos auferidos em virtude de cargos, funções ou empregos."

Né expresso, em "Curso de Direito Administrativo", Editora Saraiva, 1994, página 295, dizendo:

"A Constituição anterior proibia a acumulação de proventos com a percepção de vencimentos a não ser nos casos que ela mesmo ressalvava. Suprimida a regra proibitória, segue-se necessariamente que desapareceram as vedações, uma vez que predomina o princípio da liberdade de trabalho, isto é, deve-se entender que vigora a regra geral que é da permissão."

Há, portanto, equívoco da Administração Pública na interpretação da norma dos incisos XVI e XVII, do artigo 37 da Constituição Federal. O servidor, em momento algum ocupou mais de dois cargos simultaneamente.

Portanto, o servidor público que não estiver de acordo com a conclusão de existência de acumulação indevida, deverá registrar formalmente esta inconformidade no próprio processo recentemente aberto pela UFRGS. Nos casos em que efetivamente haja acumulação, recomenda-se que seja feita a opção, evitando-se maiores riscos futuros que vão, inclusive, até a perda da remuneração de todos os cargos (em caso de má fé do servidor).

Francis Campos Bordas
Assessor Jurídico da Adufrgs

PRESTAÇÃO DE CONTAS

ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS		CNPJ Nº 90.757.204/0001-64
BALANÇETE DO MÊS DE JULHO DE 1999.		
RUBRÍCAS / MESES		JUL
ATIVO		1.095.411,94
FINANCEIRO		865.705,53
DISPONÍVEL		823.457,30
CAIXA		687,25
BANCOS		756.675,11
APLICAÇÕES C/LIQUIDEZ IMEDIATA		66.094,94
REALIZÁVEL		42.248,23
CRÉDITOS A REALIZAR		42.248,23
DEVEDORES		5.722,35
CRÉDITOS A RECUPERAR		31.883,90
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS		2.793,07
PRÊMIOS DE SEGURO A VENCER		1.848,91
ATIVO PERMANENTE		229.706,41
IMOBILIZADO		229.706,41
BENS MÓVEIS		116.674,53
BENS IMÓVEIS		158.523,19
(-)DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS		45.491,31
PASSIVO		1.076.062,19
PASSIVO FINANCEIRO		76.110,79
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS		52.109,50
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS		966,22
CREDORES DIVERSOS		51.153,28
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS		24.001,29
PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL		24.001,29
SALDO PATRIMONIAL		999.951,40
ATIVO LÍQUIDO REAL		616.733,25
SUPERAVIT ACUMULADO		383.218,15

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS - JULHO DE 1999		
RUBRÍCAS / MESES	JULHO	ACUMULADO
RECEITAS	74.286,95	507.914,34
RECEITAS CORRENTES	64.496,10	438.479,04
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	64.476,10	416.530,50
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS	20,00	21.947,54
RECEITA C/VENDA DE MATERIAIS		1,00
RECEITAS PATRIMONIAIS	7.620,05	62.877,83
RECEITAS FINANCEIRAS	6.962,05	59.087,83
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	658,00	3.790,00
OUTRAS RECEITAS	2.170,80	6.557,47
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	2.170,80	6.557,47
DESPESAS	64.642,48	488.564,59
DESPESAS CORRENTES	64.642,48	488.564,59
DESPESAS COM CUSTEIO	17.998,05	167.290,11
DESPESAS COM PESSOAL	9.779,24	82.129,36
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	4.853,05	36.237,34
DESPESAS DE EXPEDIENTE	821,28	12.025,07
DESPESAS C/IMPOSTOS/TAXAS/ÓNUS DIVERSOS	1.761,16	13.798,72
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	302,82	3.685,80
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	473,50	1.343,30
ENCARGOS FINANCEIROS	7,00	209,28
DESPESAS DIVERSAS DE CUSTEIO		17.861,24
DESPESAS COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS	5.206,43	209.634,48
DESPESAS COM PESSOAL	8.992,73	72.630,37
DESPESAS COM VEICULAÇÃO	3.451,63	5.968,96
DESPESAS COM VIAGENS	3.472,11	47.379,55
DESPESAS COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS	690,00	9.006,91
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	4.000,00	26.200,00
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	(15.400,04)	42.979,69
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	41.438,00	111.640,00
CONTRIBUIÇÕES PARA A ANDES	38.240,00	90.984,00
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	3.198,00	20.656,00
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	9.644,47	19.349,75
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	19.349,75	19.349,75

Jalcione Almeida / Professor adjunto da Faculdade de Agronomia - Ufrgs

Que extensão universitária?

Concordando, em linhas gerais, com o que afirma Demo¹, creio que a (má) situação em que se encontra a extensão universitária no Brasil em geral, e na UFRGS em particular, está diretamente relacionada (a) à formação livresca, muito centrada no espaço da sala de aula; (b) ao pouco tempo destinado às atividades de caráter verdadeiramente prático; (c) a (ainda) precária compreensão de que a universidade é, antes de tudo, um espaço político privilegiado, entendido como casa educativa e cultural, formando para o exercício da cidadania e, por isso, com um compromisso social muito grande e desafiador; (d) aos raros espaços de "produção verdadeira do conhecimento" e não a sua mera reprodução; e (e) por que a extensão, em muitos casos na nossa Universidade, é vista como "qualquer coisa" (de uma atividade que não se consegue "enquadrar" à prestação de serviço regiamente paga e sem vinculação institucional forte), ou tudo aquilo que foge ou se faça paralelamente ao currículo propriamente dito.

A base de minha crítica fundamenta-se no reconhecimento de que a universidade está baseada, em regra geral, em um "modelo" que é, no mínimo, equivocado política e socialmente, ao reconhecer e legitimar aqueles profissionais (professores e/ou pesquisadores) que se dedicam basicamente à sala de aula, à reprodução pura e simples do conhecimento ou, em outro pólo, aqueles que exclusivamente trabalham na pesquisa ou na pós-graduação. E a extensão, onde fica? Na maior parte dos casos fica no papel ou no discurso, representado historicamente pelo tripé indissociável de sustentação da Universidade: ensino, pesquisa e extensão. Geralmente tem ficado na sombra, no limbo, em um espaço academicamente menos valorizado. Na maior parte das vezes, o pesquisador não faz extensão, ou quando faz, não a reconhece como tal (por exemplo, a divulgação de seus trabalhos de pesquisa em congressos, visto quase sempre como uma etapa terminal do "fazer científico" e da pesquisa propriamente dita).

Neste momento, pode-se colocar aquelas célebres e já mais ou menos desgastadas questões (desgastadas pelo uso, não por estarem desatualizadas!): para quê serve a pesquisa? a quem interessa? quem se beneficia com ela? como fazer chegar aos verdadeiros interessados/necessitados os frutos do conhecimento? quem faz isso? qual o espaço privilegiado?

Nos dois pólos mencionados acima temos: de um lado, um "centro de treinamento" e, de outro, um "centro de excelência"². Na minha opinião, não interessa à sociedade como foram representados um ou outro. Dizendo isso, estou longe de admitir que o ensino e a pesquisa são dispensáveis ou que sirvam para pouca coisa. Ao contrário, quero dar a um e a outro o verdadeiro sentido (ou significado, se preferirem) social. Somente a

"Precisamos ter clara a relação íntima, orgânica, entre a pesquisa, o ensino, a extensão e a sociedade, para que o conhecimento não se torne privado mas, sim, social"

extensão universitária - ou outra denominação que quiserem dar à prática de inserir, de um lado e de outro, a demanda social e a produção de conhecimento acadêmico - pode conectar, ligar organicamente esses dois pólos, dando-lhes legitimidade social, transparência e, sobretudo, "eficácia social". Ao fazê-lo, transforma o ensino e a pesquisa, pois carrega-os de ética e cidadania. Volto a esse ponto logo a seguir.

Esse é o verdadeiro sentido que, para mim, tem a extensão universitária. Precisamos ter claro a relação íntima, orgânica, entre a pesquisa, o ensino, a extensão e a sociedade, para que o conhecimento que produzimos não se torne um conhecimento privado mas, sim, social, assegurando a cidadania e autonomia das pessoas bem como da própria universidade. Mas esta relação não deve se restringir à sua dimensão formal,

pois, neste caso, não garantiria a educação, a ética e a própria cidadania. Outro conteúdo importante desta relação orgânica seria a humanização do conhecimento, dando-lhe um conteúdo verdadeiramente político.

Mas tudo isso não se faz apenas com boa vontade. Precisamos de um Projeto (com P maiúsculo), com alguma dose de voluntarismo é certo, mas que esse não seja a tônica. Precisamos traçar, junto com os principais agentes de desenvolvimento, com os diferentes atores sociais, esse Projeto acadêmico. Continua sendo importante o conhecimento da realidade, a relação democrática e franca com os diferentes grupos sociais. Temos, já, um bom acúmulo de conhecimento de certas dinâmicas sociais. Resta-nos, agora, formular participativamente o referido Projeto, para que no futuro próximo tenhamos uma intervenção mais qualificada, mais consequente, verdadeiramente mais inserida socialmente. É neste contexto que penso a ação, o papel de uma universidade pública.

No entanto, temos que estar vigilantes contra os riscos principais da ação extensionista quando ela pretende nortear-se apenas ou centralmente por princípios e critérios de justiça social: o clientelismo e o assistencialismo. Por um lado, há uma rejeição generalizada da idéia de que a extensão só deve preocupar-se com aqueles considerados econômica e socialmente "viáveis", deixando que os segmentos classificados como marginais ou periféricos sejam objetos de políticas de assistência social. Por outro lado, porém, há uma constante preocupação de que, ao trabalhar com populações em situação de pobreza, as propostas sejam economicamente sus-

"A extensão deve ser entendida como um elemento na grande tarefa de viabilização do tecido social"

tentáveis, caso contrário darão lugar, fatalmente, a relações de natureza clientelista e assistencialista. A preocupação ética que faz da luta contra a pobreza um dos motores do trabalho extensionista é acompanhada da valorização da autonomia e da independência que devem resultar das ações de desenvolvimento. Há uma tensão entre estes dois elementos (luta contra a pobreza e necessidade de autonomia e independência) que não pode ser escamoteada, como nos lembra Abramovay³, tanto mais que a miséria, como se sabe, é o principal caldo de cultura do clientelismo.

Também não podemos mais insistir no equívoco de amalgamar extensão universitária e extensão "tout court", como é praticada pela Emater/RS ou por outro organismo oficial ou privado que não a universidade. Cada coisa no seu lugar, procurando-se trabalhar conjuntamente nas áreas de interface. Não devemos esperar que a universidade faça aquilo que cabe, por exemplo, à Emater, e vice-versa. A extensão universitária deve ser entendida como um elemento a mais na grande tarefa de viabilização do tecido social, ou seja, naquela atividade de busca de mais equidade social, de democracia participativa, de cidadania, de ampla mobilização para o desenvolvimento sustentável, de ampliação do acesso ao conhecimento e ao mercado, de livre organização e, por que não, na busca de maior satisfação espiritual e material para grande parte da população.

Temos que buscar, incessantemente, o sentido de nossa ação profissional como professores e pesquisadores. Temos que ter respostas rápidas e consequentes para os problemas sociais e materiais de nossa sociedade. Constituímos um "contingente de cérebros" capaz de pensar criticamente, de intervir socialmente em contextos carregados e necessitados através de uma ação qualificada. Devemos fazer isso de maneira consciente, não descriminadora, sem populismos e elitismos, voltados a despertar o conjunto das energias locais capazes de valorizar os espaços sociais propícios na luta contra a exclusão social no campo e nas cidades.

Em um segundo momento, gostaria de insistir na pesquisa, pois penso que, antes de tudo, temos que

mudar sua concepção reinante, reconstruindo-a. É a partir daí que devemos pensar a extensão universitária. De nada adianta inverter esse sentido. A extensão não pode ser pensada sem a pesquisa (por mais que a prática acadêmica dominante insista em mostrar o contrário). Na verdade, devemos repensar a trilogia fundante da universidade, como bem destaca Demo, reiterarizando-a. Fundante é a pesquisa⁴. Sem ela, nada feito! Mas não uma pesquisa qualquer. Tampouco essa pesquisa que está por aí, em suas linhas gerais. A pesquisa idealizada é aquela que engloba organicamente a função docente como necessidade educativa da

"Na verdade, devemos repensar a trilogia fundante da universidade"

pesquisa, não como "ensino", não com função domesticadora, livresca, escolástica. Rompe-se, portanto, com as noções (de pesquisa e de ensino) que imprimem uma atitude passiva, subserviente, repassadora (muitas vezes de forma acrítica) de conhecimentos; rompe-se com as noções que trazem consigo a percepção de que existem fundamentalmente dois pólos no processo ensino-aprendizado: aquele que sabe, o "iluminado", que estende conhecimentos, e aquele que não sabe, que está sempre pronto a absorver conhecimentos e inovações, permanecendo em uma atitude passiva, pouco questionadora.

A "nova" pesquisa será, portanto, a expressão de um princípio científico e educativo, que torna até mesmo desnecessária a extensão (especialmente aquela na sua concepção "clássica", tal qual conhecemos), "porque estando a prática e a cidadania já implícadas, serão sempre e intrinsecamente extensão" (Demo, 1996). Nesta perspectiva, a extensão não é mais percebida como formando uma interface com a pesquisa e o ensino (representação mais atualizada da extensão nos meios acadêmicos), como um bloco que toca mais ou menos, aqui ou acolá, os outros dois. A pesquisa passa a englobar a extensão e o ensino.

Outro reforço à idéia de privilegiar a pesquisa como base para se pensar uma nova (ou outra) extensão tem um caráter tático e, ao mesmo tempo, pragmático: é mais fácil começar a pensar o Projeto a partir daí que melhor sabemos fazer (apesar dos pesares!!), ou seja, a pesquisa acadêmica. Neste processo, provavelmente conseguiríamos emular mais.

Tenho claro, no entanto, o desafio colocado à nossa frente. Este assume contornos enormes e complexos que incorporam toda a discussão sobre o tipo de universidade pública que queremos. Mas isso não deve nos esmorecer. Temos que ser capazes de pensar uma outra pesquisa, uma outra extensão, enfim, uma outra forma de educar. O Projeto referido e idealizado deve encarar a sala de aula, por exemplo, como um espaço privilegiado de formação de uma perspectiva social e cidadã, antes mesmo de adequar os alunos ao mercado de trabalho, ou para a qualificação de profissionais com competência técnica. Para isso, não é suficiente reformar a universidade, temos que refazê-la. Esta nova universidade pública deve contribuir, insisto, para formação de cidadãos, em primeiro lugar, organizando a produção própria de conhecimento, democratizando-o e humanizando-o.

1) DEMO, Pedro. "Extensão: a má consciência da universidade". Cadernos de Extensão Universitária, Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 1996. pp. 21-30.

2) Este me parece ser, em linhas gerais, o "projeto" neoliberal para a educação, consolidando essas duas especificidades centrais, em campos não necessariamente complementares, para as universidades públicas brasileiras.

3) ABRAMOVAY, Ricardo. "Uma nova extensão rural para a agricultura familiar". In: Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, Relatório de Consultoria, 1998. Mimeo.

4) DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa. Campinas, Autores Associados, 1996.



Arte, autonomia e República

Artista e autonomia

A arte alimenta ou apaga, através da cultura, a representação que a sociedade faz de si mesma. O artista torna-se consciente de si mesmo, na medida em que tem sucesso na constituição de um interlocutor como observador. Ele constitui esse interlocutor através da sua obra de arte. Um desses interlocutores foi o estado brasileiro detentor do poder político. Dedico especial atenção a uma instituição constituída para o sistema de arte. A constatação de afirmações de que os agentes dessa instituição de arte estão de posse de expressões eficientes para influenciar e modificar o poder político, estará revelando condições do exercício de autonomia, na medida em que elas correspondem às necessidades internas do campo artístico (Maturana-Varela, 1996:41).

No polo oposto, as normas do poder político triunfam sobre as normas internas do campo da arte. A arte, como poder simbólico, está na heteronomia do campo político. Registro índices de soberania e tirania quando se esgotam todas as possibilidades de constituir um interlocutor e desaparecem as condições de interação para qualquer dos dois lados. Esse impasse provoca a hierarquização e a morte da interação social. O totalitarismo político, tanto quanto a arte pela arte, prenunciam perigos para a própria vida humana.

Autonomia do sistema artístico e o regime republicano

No Rio Grande do Sul, as idéias republicanas eram endêmicas por muitas razões. Além das expressões através das armas, poucas ganharam tanta visibilidade como o caso do Partenon Literário, entre 1868 e 1875, além da proliferação de jornais de maior ou de menor duração.

Ao acompanhar o rastro jurídico dei-

xado pelos primeiros legisladores republicanos, torna-se visível a vontade expressa nos instrumentos legais, para impulsionar de todas as formas, ao dispor do legislador, para implementar a descentralização do poder. Estes textos deixam evidente a distância desejada entre o poder político e o poder simbólico. Este rastro jurídico é o índice seguro de leitura de um organismo institucional. As leis republicanas deixam um enorme espaço para o exercício da autonomia necessária ao campo artístico.

A República, no âmbito federal, procurou manter a mínima relação entre Estado e as instituições sociais. A leitura das Constituições Federal de 24 de abril de 1891, e da lei federal nº 173 de 10.09.1893, são índices formais e jurídicos da imensa autonomia pretendida pela República para os seus cidadãos e instituições. Segundo essa carta legal, a iniciativa da constituição de uma associação pode ser de qualquer cidadão ou grupo desembaraçado do poder político do Estado. Basta elaborar e aprovar internamente os estatutos da instituição que se deseja criar, publicá-los e depois depositá-los no cartório de registro civil.

No âmbito sul-rio-grandense, a Constituição de 14 de julho de 1891 torna-se mítica na forma autônoma de se comportar face ao poder central. A sua carga ideológica produz efeitos regionais e nacionais, ainda um século após sua promulgação por Júlio de Castilhos

O Instituto Livre de Belas Artes do Rio Grande do Sul

O Instituto Livre de Belas Artes (1908) é, de fato, uma associação de inúmeros simpatizantes distribuídos em 64 municípios e localidades. É livre para receber as liberalidades desses associados.

Jurídica e institucionalmente não são os indivíduos simpatizantes que formam o Instituto, mas o conjunto das liberalidades que pudessem reunir.

O poder gerado no interior dessa as-

sociação era administrado por 64 Comissões Regionais e uma Central sediada em Porto Alegre. Entre os membros do Instituto, provenientes de todo o Rio Grande do Sul, era eleita uma espécie de poder legislativo, formado pela Comissão Central.

Quando no final do século XX se anatematiza o modelo do Estado-Nacional, tenta-se esquecê-lo e à sociedade, novamente entregue a si mesma, resta a pergunta sobre modelos possíveis. Em particular, o questionamento dos modelos possíveis para a universidade, na qual a sociedade deposita cada vez mais esperanças significativas para que ela tenha condições de votorizar o exercício da autonomia para o bem, a verdade e o belo (Varela 1996).

O artista, graças ao saber universitário, já não é mais o ingênuo, seguindo ao pé da letra o conselho ciumento do grande artista político chamado Platão (O Político, 299e) que desejava o artista passivo e longe das leis. Prefere a constatação de Hannah Arendt, de que o artista é o último que por sua própria decisão, resiste ativamente à norma que vem de fora do campo artístico. Ele ainda exerce a forma continuada e erudita o direito da dúvida sobre os modelos exibidos como verdadeiros e únicos. Entre a heteronomia e a soberania tirânica do poder político, existe um enorme espaço devoluto para o desenvolver do poder simbólico originário da arte. É o campo da autonomia da arte. A universidade pode fundamentar e fundamentar-se nesse espaço disponível.

O Instituto de Artes da UFRGS é uma evidência de que a crise do poder político, na emergência do regime republicano, favoreceu e equipou o agente cultural do sistema de artes do Rio Grande do Sul para expressar a autonomia necessária ao campo artístico sulino. A República, ao retomar a soberania e a hierarquia, em 1930, 1937 e 1964, apesar da lastimável ruptura da ordem, corrigiu a

soberania e a hierarquia de certas classes e categorias que haviam se apropriado do aparelho estatal republicano. Contudo, esse mesmo poder político jamais eliminou a arte da universidade em todo o território nacional. O agente das artes pode contar com o estado republicano de uma forma continuada na criação de instituições dedicadas à produção e reprodução de bens simbólicos pelos estados da União.

É evidente que o Brasil não possui o que o olhar europeu procura. A universidade europeia produz e reproduz o olhar europeu e o impõe às suas fronteiras. Cabe aos brasileiros o pioneirismo de possuir o olhar autônomo do europeu, quer no exame da natureza, quer nas condições globais, nas quais se geram os novos valores e poderes simbólicos. Assim, cabe ao olhar brasileiro descobrir e revelar os nossos valores simbólicos, estejam eles onde estiverem. A ausência do Estado, na totalidade do território nacional, significaria a perda de valores incalculáveis.

O regime republicano no Brasil, se não cumpriu tudo o que prometeu nos seus primórdios, não pode ser acusado de omissos em garantir a sua reprodução, através dos bens simbólicos, quando cuidou que os cursos superiores fossem disseminados em todo o território nacional. No Rio Grande do Sul, o Instituto de Artes foi um dos inúmeros sucessos dessa política.

ARENKT, Hannah (1907-1975). *Condition de l'homme moderne*. Londres: Calmann-Lévy, 1983

MATURANA R. Humberto et **VARELA**, Francisco. *El arbol del conocimiento: las bases biológicas de conocimiento humano*. Madrid: Unigraf. 1996. 216p.

PLATÃO. *Diálogos: Político*. São Paulo: Abril. 1972 pp. 205-269

VARELA, J. Francisco. *Sobre a competência ética*. Lisboa: Edições 70, 1995 104.

ORELHA

Literatura e história: três vozes de expressão portuguesa
Tania Franco Carvalhal e Jane Tutikian (orgs.)
Reune os trabalhos apresentados no Seminário Internacional "Três Vozes de Expressão Portuguesa" promovido pelo Instituto de Letras da Ufrgs e o Instituto Estadual do Livro. O objetivo foi propiciar a reflexão sobre a obra de Orlanda Amarilis, Helder Macedo e José Saramago. Editora da Universidade. 158p. R\$15,00.

HEMEROTECA

Jornais Diários
Zero Hora
Correio do Povo
Folha de S. Paulo

Psicanálise e educação: uma transmissão possível
Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre Ano IX - julho/99 - nº16.
Traz como tema central a conjunção entre psicanálise e educação.

A política de colonização do império
Paulo Pinheiro Machado
Relata o processo formador do Rio Grande do Sul dentro do contexto da região na segunda metade do século 19.
Editora da Universidade. 140p. R\$8,00

WWW

Casa da Ciência
www.ciencia.ufrj.br/
O assunto principal é a tecnologia de ensino a distância
Tradutor
www.babelfish.altavista.digital.com/cgi-bin/translate/
Tradução em diversos idiomas

AD NAUSEAM

FHC E O SEU NOVO MARQUETEIRO...



O sindicalismo globalizado

Se a globalização é fato irreversível, tiremos proveito dela. Globalizemos as reivindicações e a força de pressão dos trabalhadores. A idéia tem mais de 150 anos e conta com a novidade que o capital está se organizando em escala planetária. De forma simplificada, essa é uma das propostas do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista que discute com organizações de outros países a formação de conselhos mundiais de trabalhadores do setor. Já está em formação, por exemplo, o conselho mundial de trabalhadores da Volkswagen. Além da abrangência internacional, o sindicato, que representa 100 mil trabalhadores do ABC, está discutindo o Acordo Automotivo firmado em fevereiro entre governo federal, estadual, empresários e trabalhadores, e que evitou a demissão de 2.800 empregados da Ford. No cotidiano do sindicato há também a proposta de renovação de frota dos 19 milhões de veículos no Brasil, cuja boa parte tem entre 10 e 15 anos. Há ainda as negociações para um contrato coletivo nacional para os trabalhadores do setor automotivo e a formação de um bloco de trabalhadores do Mercosul. Com essa perspectiva de atuação, o sindicato do ABC tem adquirido notoriedade. Adverso conversou com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Luiz Marinho, eleito pelo canal de televisão CNN e pela revista Time como um dos 50 líderes latino-americanos do próximo milênio.

Silvânia Mariani

AD **verso** - Na medida em que o processo produtivo se transforma e a sociedade também, o movimento sindical tem que dar uma resposta adequada a isso. Como o movimento sindical está respondendo a essas transformações?

Luiz Marinho - De fato, há uma transformação imensa no mundo produtivo que vem ganhando investimento tecnológico e que cria uma defasagem na relação trabalho/emprego, chegando até à extinção brutal do emprego no Brasil. Com a famigerada guerra fiscal, a experiência do desemprego vem gerando diversos problemas sociais e uma desigualdade na remuneração na jornada de trabalho, nos benefícios sociais e tudo o mais. O movimento sindical precisa responder a tudo isso e, para tanto, precisa de uma readequação dos sindicatos porque a atual estrutura dessas entidades não permite uma resposta às atuais questões. Nesse sentido, por exemplo, nós estamos trabalhando para a constituição de um sindicato nacional para conduzir as negociações em nível nacional. E daí partiremos para a constituição de um contrato coletivo nacional para responder a esse conjunto de questões.

Adverso - Além dessa proposta de sindicato nacional, mencionaste em outras entrevistas a perspectiva de se fazer um conselho mundial de trabalhadores. Podes explicar essa proposta?

Marinho - Devido ao crescimento cada vez mais acentuado das multinacionais e transnacionais, é preciso que a gente busque dialogar com os trabalhadores de outros países. No caso da Volkswagen, por exemplo, nós conseguimos recentemente fazer um acordo em nível do Mercosul. Com o acordo, antes de fazer qualquer investimento nesses países a empresa se obriga a discutir com os sindicatos desses países e iniciar um proce-

so de negociação. Até para aproximar as condições de representação e de condição dos trabalhadores desses países. Estamos também participando do Conselho mundial dos trabalhadores da Volkswagen porque as decisões se dão lá na origem. As decisões sobre a empresa não são tomadas no Brasil. Essa é uma política que queremos implantar para as outras empresas multinacionais como a GM, a Ford, a Mercedes Benz e assim sucessivamente.

Adverso - Temos percebido que a internacionalização e a formação de blocos se dá sempre em cima dos mercados. O que tu terias a dizer sobre os direitos sociais nos blocos econômicos como, por exemplo, no Mercosul?

Marinho - O Mercosul é um mercado importante e o Brasil tem que fazer um esforço no sentido de consolidar o Mercosul, apesar das dificuldades de seu principal parceiro que é a Argentina. Agora, essas discussões também terão que ser feitas pelos trabalhadores. A CUT (Cen-

“O movimento sindical precisa responder às mudanças e, para tanto, necessita de uma readequação”

tral Única dos Trabalhadores) tem insistido junto ao governo para que ela seja inserida nessas negociações dos vários protocolos. Seja de desenvolvimento social, seja de desenvolvimento econômico, seja cultural. Isto é, se os trabalhadores brasileiros e argentinos, que são os principais parceiros, não participarem do processo, poderão ter prejuízos. É necessário que a gente procure intervir nesse espaço, e estamos trabalhando nesse sentido.

Adverso - Além de avançar na pauta

tradicional dos trabalhadores, que inclui salário, redução da jornada de trabalho proporcional ao aumento da produtividade e outros temas, tu colocas também a necessidade de desenvolvimento mais global de certas áreas da economia. Poderias falar sobre isso?

Marinho - Veja essa idéia da guerra fiscal da Ford, na Bahia. Veja quantos milhões a União está investindo para levar a Ford para a Bahia. Eu tenho certeza de que se esse dinheiro fosse utilizado na vocação do estado baiano, com a capacidade que o estado tem no setor de turismo, geraria muito mais empregos do que levando a Ford para lá. Nesse sentido, nós precisamos entender essa questão da necessidade do emprego primeiro, provocando distribuição de renda que vai se constituir no maior mercado de consumo, e que vai provocar maior demanda de produção e gerar emprego. É evidente que isso por si só não responde à demanda de milhões de empregos que necessitamos. A partir daí se tem algumas áreas que precisam ser desenvolvidas numa visão nacional. Você pode trabalhar olhando para a construção civil, pensando em setores como de infra-estrutura e moradia. O turismo é um setor importante, o Brasil tem 7,5 mil km de terras banhadas pelo Oceano Atlântico. Temos a Amazônia, temos os rios. Tudo se constitui num potencial fantástico de geração de renda. Mas tem que ter um investimento com visão nacional sobre esses problemas. Você tem a agricultura. Esses são os três essenciais. É evidente que há outros, mas esses três são, para nós, essenciais para enfrentar o problema da geração de empregos: a construção civil, a agricultura e o turismo.

Dizem que não há receita, que não há recursos para implantar um projeto nacional. Mas existe recursos para salvar bancos falidos, como se tem feito, e

há recursos para financiar as privatizações com recursos públicos. Se esse dinheiro fosse utilizado num projeto nacional de geração de empregos, certamente haveria dinheiro de sobra e condições para executar a médio e longo prazo um plano para responder a essa demanda por empregos, salários, melhor distribuição de renda, assistência à saúde e muitos outros problemas que afetam a população.

Adverso - E o que seria esse projeto nacional?

“A criação de mais empregos depende também de melhor distribuição de renda no país”

Marinho - Seria uma proposta de distribuir renda com desenvolvimento. Tem que olhar para a vocação das regiões e orientar o desenvolvimento de acordo com cada região. Isso daria um somatório para um projeto nacional que daria condições para responder a essa demanda por emprego.

Adverso - Há possibilidade dos metalúrgicos do ABC entrarem em greve com o fim do acordo automotivo?

Marinho - Com certeza. Entregamos uma pauta de reivindicações no dia 25 de agosto para o conjunto do setor e o prazo final é até 14 de setembro. A data é essa para uma greve do conjunto das montadoras do país e também no setor de autopeças. Nós temos plenas condições de paralisar e esperamos que os trabalhadores de vários estados de outros setores tenham condição de fazê-lo, para chegarmos a um processo de negociação.

